

Inovação gaúcha oferece suporte após desastres

Equipamento integra comunicação e energia em meio a crises climáticas

/ CLIMA

Joaquim Porto

joaquimp@jcrs.com.br

Desenvolvida a partir das enchentes de maio de 2024, a tecnologia gaúcha de Guaporé, no Vale do Taquari, Blue Station é uma estação autônoma de inteligência, comunicação e energia para auxiliar a população e órgãos públicos em momentos de desastres climáticos. Demonstrações públicas estão sendo realizadas, para que as comunidades possam testar o equipamento.

Funcionando 100% a base de energia solar, o equipamento agrega diversas tecnologias, o transformando em um provedor de internet para até 100 pessoas ao mesmo tempo, via wi-fi por até 300 metros de distância. Comporta até 30 dispositivos como celulares, tablets e notebooks ao mesmo tempo. Além disso, possui painéis fotovoltaicos, lâmpada sinalizadora para que possa identificação em vários ambientes, câmeras para monitoramento e um sistema de comunicação para que o operador do equipamento possa mandar recados ao vivo de qualquer lugar do Brasil para quem estiver próximo.

Conforme Luciano Frizon, CEO da Blue Station, a tecnologia pode auxiliar principalmente na prevenção de casos graves. “Colocando em pontos estratégicos se consegue uma certa prevenção de



Estação oferece Wi-Fi, energia, câmeras, lâmpadas e envio de alertas

um desastre maior. A Defesa Civil pode conseguir informações em tempo real, vendo pelas câmeras e colhendo informações do equipamento, do ambiente. Como o equipamento não se desliga, passa a ter todas as soluções de wi-fi, recarga de telefone, envio de alertas, etc”, explica.

Além das aplicações voltadas para Porto Alegre e Região Metropolitana, a tecnologia já atuou em situações reais de crise, como no apoio ao resgate e à reconstrução após o tornado que atingiu a cidade de Rio Bonito do Iguaçu (PR) em 2025, e em suporte contínuo a um hospital de campanha em Minas Gerais.

Ainda em fase de teste e, como uma possível cliente, solicitada pela Defesa Civil de Porto Alegre, a empresa desenvolveu a mes-

ma solução em um reboque, para que tivesse maior agilidade de colocá-lo nos pontos afetados. “Ele está em teste aqui na cidade. Fizemos uma demonstração na Ilha da Pintada, mostrando para a comunidade, porque pode se tornar uma solução tanto para os órgãos municipais quanto para a população. A população se serve da estação para carregar os seus equipamentos e ter comunicação através dos seus celulares, como também através da internet que é fornecida”, ressalta Evaldo de Oliveira, Secretário Executivo da Defesa Civil da Capital.

Conforme a empresa, a Defesa Civil de Lajeado, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e o governo do estado do Amazonas também pediram apresentação e detalhes sobre o equipamento.

Região das Ilhas e Sul da Capital têm alerta para elevação do Guaíba

A Defesa Civil de Porto Alegre emitiu, ontem, um alerta hidrológico para risco de elevação do nível do rio Guaíba no bairro Arquipélago e áreas ribeirinhas do Sul e Extremo Sul da Capital. O alerta é válido até as 12h de domingo.

O órgão tem equipes de monitoramento e orientação à população nas regiões abrangidas pelo alerta. A Comissão Permanente de Atuação em Emergências (Copae) também acompanha a situação. A orientação é para que moradores das regiões acompanhem atualizações pelos canais oficiais da Defesa Civil e pelo PoaClima.

As chuvas registradas no Estado nos últimos dias e a previsão de vento sul são os responsáveis pela possível elevação do nível do Guaíba, com possibilidade de que o rio ultrapasse a cota de inundação.

A Defesa Civil também orienta que, caso seja necessário, abrigos serão acionados para receber moradores obrigados a deixar suas casas em razão da elevação do nível do rio. Em caso de necessidade de evacuação, o órgão recomenda levar documentos, medicamentos, itens essenciais e animais de estimação. O retorno às áreas atingidas só deve ser realizado após liberação pelos órgãos responsáveis.

O temporal com forte queda

de granizo que atingiu o Estado entre a noite de segunda-feira e a madrugada de ontem afetou diretamente 54.065 pessoas, segundo última atualização da Defesa Civil estadual. As chuvas e vendavais deixaram quatro pessoas feridas. Dois casos foram registrados no município de Pontão, um em Alegrete e outro em Capão do Cipó.

Santiago foi a cidade gaúcha com mais pessoas afetadas pela tempestade. O granizo causou transtornos para 26.013 pessoas, deixando 13 desabrigados e 6 mil desalojados. A cidade também liderou em danos materiais, com 5 mil casas danificadas, além de um estabelecimento de saúde e 20 escolas atingidas pelo temporal. As aulas da rede municipal foram suspensas até sexta-feira.

Em Capão do Cipó, 3.107 pessoas foram afetadas pelo granizo, com 12 desabrigados e outros 120 desalojados. Também foram 500 casas danificadas, dois estabelecimentos de saúde e duas escolas atingidas na tempestade. A prefeitura distribuiu refeições para famílias afetadas pelo granizo.

Segundo o painel de monitoramento de abrigos e abrigados do governo do RS, 174 pessoas seguem desabrigadas no fim da tarde desta terça, entre sete abrigos ativos.

Jornalista Erico Valduga morre aos 80 anos em Porto Alegre

/ OBITUÁRIO

O jornalista Erico Valduga faleceu, ontem, aos 80 anos, em Porto Alegre. Com mais de 40 anos de atuação na cobertura de imprensa do Rio Grande do Sul, o profissional atuou como repórter, redator, editor, chefe de reportagem e chefe de redação em veículos como os jornais Correio do Povo, Folha da Tarde e Gazeta Mercantil.

Seu último projeto jornalístico foi a edição da coluna Periscópio, newsletter que abordava a política do Brasil e do Rio Grande do Sul. O jornalista deixa a esposa Lígia e os filhos Lourenço, Gonçalo e Vitória. Valduga estava internado no Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), onde tratava um câncer.

O encerramento dos atos fúnebres será realizado no Angelus Memorial e Crematório, na Sala 03 (1º andar), hoje, às 11h, na Capital.

Valduga foi superintendente de comunicação da Assembleia Legislativa. De 2004 a 2006, sob a

presidência de Pedro Simon, coordenou a Assessoria de Comunicação do MDB-RS. Ele ainda teve passagens pela Folha da Tarde, sucursais do Jornal do Brasil e Gazeta Mercantil, Folha do Sul, TV Guaíba, rádio e TV Bandeirantes, TV Pampa, revista A Granja e Editora Abril. Nesses veículos, o jornalista sempre atuou na área da Política.



Valduga atuou em várias redações na editoria de política

Justiça condena prefeitura por danos da cheia de 2024

/ PORTO ALEGRE

Osni Machado

osni.machado@jornaldocomercio.com.br

Porto Alegre foi condenada pela Justiça Estadual a pagar R\$ 50 milhões por danos morais coletivos relacionados à enchente de abril e maio de 2024. A sentença, proferida na sexta-feira pelo juiz Mauro Borba, do Núcleo de Justiça 4.0 - Enchentes 2024 (Fazenda Pública), também determina o pagamento de indenizações individuais a moradores e profissionais que atuam em 19 bairros situados em áreas protegidas pelo Sistema de Proteção contra Cheias da Capital.

Os valores dessas indeniza-

ções serão apurados posteriormente. Cabe recurso. A decisão atende a pedido apresentado pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP/RS) em ação civil coletiva e reconhece a responsabilidade do Município pelos danos decorrentes da inundação. Segundo a sentença, houve omissão da administração municipal na adoção de medidas de prevenção, controle, manutenção, reparo e modernização das estruturas que integram o sistema de proteção contra cheias.

A ação civil pública foi ajuizada pelo MP/RS em março de 2025 e pedia justamente R\$ 50 milhões por danos morais coletivos, além da reparação dos danos materiais e morais sofridos individualmente

por moradores e empresários das áreas protegidas. Na avaliação do magistrado, existe relação entre as falhas do sistema e a inundação das áreas de polder, denominação dada às regiões baixas e planas protegidas por diques e muros.

A sentença considera que, se o sistema contra cheias estivesse funcionando adequadamente, os bairros abrangidos pela estrutura não teriam sido atingidos da mesma forma pela inundação. Para o juiz, as falhas existentes contribuíram diretamente para os danos suportados pela população. A decisão também rejeitou o argumento do município de que a enchente teria sido resultado de um evento de força maior provocado por chuvas sem precedentes.